



ESTADO DO CEARÁ



# DIÁRIO DA JUSTIÇA

ON-LINE

FORTALEZA, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 2007

ANO X - Nº 148

EDITADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PREÇO: R\$ 2,50

## EXPEDIENTE DO 2º GRAU

### 1 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### 1.1 - ATOS DO PRESIDENTE

##### PROVIMENTO Nº 06/2007

Dispõe sobre as competências do Consultor Jurídico da Presidência do Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 52, I, da Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, considerando a necessidade de regulamentar a atividade do Consultor Jurídico da Presidência, cargo criado pela Lei Estadual nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, com as alterações de denominação introduzidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 13.574, de 20 de janeiro de 2005, dispõe, pelo presente Provimento, o que segue:

Art. 1º. Ao Consultor Jurídico da Presidência do Tribunal de Justiça compete a coordenação e o controle das atividades da Consultoria Jurídica, cumprindo-lhe:

I – assessorar o Presidente do Tribunal, assistindo-o na solução de problemas jurídicos e nas relações institucionais do Poder;

II – coordenar as Assessorias nas áreas judicial e administrativa, velando pela uniformidade possível dos pareceres e soluções encaminhados à Presidência, promovendo, quanto aos processos não contenciosos, a revisão dos estudos;

III – responder a consultas em matéria jurídica oriundas da Presidência, assim como da Secretaria Geral, e, quando autorizadas, de outros setores da Administração do Tribunal;

IV – requisitar aos setores administrativos do Tribunal, em diligência, informações, subsídios e providências necessárias à solução de casos ou feitos sob seu exame ou condução;

V – examinar previamente processos de aposentadoria e pensões, benefícios, isenções e outros, relativos a pessoal, contratos e licitações, bem como os relativos a atos de que possa resultar despesa para a instituição;

VI – sugerir medidas necessárias à solução de problemas e situações de interesse do Poder Judiciário, e relativamente à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos seus atos de Administração;

VII – chefiar o pessoal lotado na Consultoria Jurídica ou Assessorias, dirigir-lhe os serviços, resguardar o patrimônio público a estes afetado e assegurar o cumprimento, pelo setor, das suas finalidades técnicas;

VIII – exercer outras atividades correlatas, tendentes à melhoria dos serviços e ao bom desempenho da Consultoria Jurídica, que deverá perseguir o princípio do prazo razoável no fluxo dos processos em que funcione.

Art. 2º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições infra legais em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, ao 1º dia de agosto de 2007.

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha  
PRESIDENTE

\*\*\*

##### RESOLUÇÃO Nº 11/2007

Dispõe sobre a gratuidade do acesso ao Diário da Justiça do Estado do Ceará, por meio eletrônico, e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de sua competência legal, por decisão unânime de seus componentes, em Sessão Plenária realizada em 2 de agosto de 2007,

**CONSIDERANDO** a necessidade de tornar mais célere e econômica a prestação jurisdicional e facilitar para os jurisdicionados o acesso eletrônico às comunicações relativas aos processos judiciais,

##### RESOLVE:

Art. 1º. Tornar gratuito, a partir do dia **20 de agosto de 2007**, o acesso por meio eletrônico ao Diário da Justiça, editado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, mediante a utilização do **site www.tj.ce.gov.br**.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o inciso III do art. 4º da Resolução nº 16, de 4 de dezembro de 1997.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 2 de agosto de 2007.

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha - PRESIDENTE

Des. Rômulo Moreira de Deus

Des. José Cláudio Nogueira Carneiro

Des. Ernani Barreira Porto

Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque

Des. João de Deus Barros Bringel

Desª. Huguette Braquehais

Desª. Gizela Nunes da Costa

Desª. Maria Celeste Thomaz de Aragão

Des. José Arísio Lopes da Costa

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido

Des. João Byron de Figueiredo Frota

Des. Ademar Mendes Bezerra

Desª. Mariza Magalhães Pinheiro

Desª. Edite Bringel Olinda Alencar

CIRCULAÇÃO EM 06/08/2007 ÀS 13:30 h